

“Flexibilização” na aplicação de recursos externos

A viagem aos Estados Unidos que o ministro da Fazenda, Ernesto Galvães, e o novo presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastoré, iniciam neste domingo teria entre os seus objetivos, como foi noticiado, a “flexibilização” das linhas de crédito do Banco Mundial (BIRD), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Eximbank — EUA. Isso nos soa muito estranho.

Compreendemos o interesse das autoridades monetárias brasileiras em que os recursos dessas instituições internacionais não sejam estreitamente vinculados a projetos específicos. Em uma situação cambial tão crítica quanto a que o País atravessa, a possibilidade de utilizar preciosas divisas no atendimento de compromissos mais urgentes, em vez de direcioná-las para projetos em andamento, viria a calhar sob o ponto de vista de administração dos atrasados comerciais e financeiros.

Algumas observações, no entanto, devem ser feitas. Pode-se concluir, em primeiro lugar, que cer-

tos projetos que vêm sendo tocados com recursos das instituições internacionais mencionadas sejam reescalados ou mesmo paralisados, se as autoridades brasileiras conseguirem o seu intento. Sabe-se que alguns projetos, que sofreram drástica redução dos recursos que o governo lhes destinaria, continuam mantendo um certo ritmo exclusivamente por contarem com financiamento do BIRD e/ou do BID. Assim, no caso de ser obtida a pretendida “flexibilização” para aplicação, o ritmo interno de atividade tenderia a ser ainda mais deprimido.

Outra questão importante a colocar são as consequências que uma solicitação dessa ordem feita pelo nosso governo poderá vir a ter sobre a credibilidade externa do País, já tão abalada. Lembremos de que, meses antes da crise de agosto/setembro de 1982, muito se discutiu a propósito da não destinação aos projetos especificados dos recursos obtidos junto aos bancos privados internacionais.

Os bancos, evidentemente, não fiscalizavam se os empréstimos vinham tendo a destinação prevista, mas alguns deles, como ocorreu com os japoneses, fizeram sentir a sua preocupação ao verificar que as empresas estatais que figuravam como contratadoras dos empréstimos não chegavam, em alguns casos, a receber um dólar sequer dos empréstimos que deveriam ser a elas canalizados.

A instituição da “caixa única” acabou sendo tacitamente aceita, muito embora o governo, quando desejou acabar com a ficção de que as estatais tomavam recursos para si próprias, se tenha deparado com enormes dificuldades para levantar um empréstimo de cerca de US\$ 1 bilhão em nome do Tesouro Nacional. Por tradicionalismo ou por qualquer outra razão, os bancos continuaram insistindo em ter empresas ou órgãos oficiais como mutuários, cabendo ao Tesouro proporcionar o aval.

Se assim ocorreu com a comunidade bancária privada, parece-

nos muito difícil que instituições como o BIRD e o BID dêem o seu assentimento à “flexibilização” que as autoridades brasileiras vão pleitear. Tais instituições possuem equipes que estudam minuciosamente os projetos que financiam e não deixam de acompanhar o seu desenvolvimento. A destinação dos recursos que proporcionam para outros objetivos que não os previstos se chocaria com a linha de atuação que vêm mantendo há anos, que tem sido de atender prioritariamente a projetos de viabilidade econômica comprovada, com finalidades sociais explícitas. Trata-se de bancos de fomento e, provavelmente, a “flexibilização” feriria os seus estatutos.

Com relação ao Eximbank — EUA, é possível que a proposta brasileira encontre maior receptividade. Mas é preciso ter em mente que essa instituição se destina a financiar as exportações americanas e que, portanto, compensações podem vir a ser exigidas de nosso governo.